



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Assessoria Especial de Controle Interno
Comitê de Integridade, Transparência, Acesso à Informação, Riscos e Controle

REGISTRO DE REUNIÃO

MEMÓRIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CITARC

12/06/2025

DADOS DO COLEGIADO

Colegiado: Comitê de Integridade, Transparência, Acesso à Informação, Riscos e Controle
Sigla: CITARC

Ato de Criação: Portaria GM/MGI nº 5.897, de 5 de outubro de 2023

Periodicidade das reuniões ordinárias: 6 vezes ao ano (Art. 4º, Inciso I)

Presidência: Francisco Eduardo de Holanda Bessa (AECI)

Secretaria-Executiva: Flávio Horácio Souza Vieira (CORIS/AECI)

DADOS DA REUNIÃO

Data: 12 de junho de 2025

Horário: 9h30min – 12h

Local: Sala 457, Bloco K, Esplanada dos Ministérios.

Tipo: () Presencial () Vídeo Conferência (X) Híbrida

PAUTA DA REUNIÃO

Pauta Deliberativa:

1.1. Aprovação da Resolução CITARC Nº 8 (Instituição de GT para elaborar Plano de Continuidade de Negócios) - Secretaria-Executiva do CITARC (AECI/CORIS);

1.2. Acompanhamento do Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação do MGI – AECI/CORIS-COINT: Rede de Acolhimento.

Pauta Informativa:

Integridade:

2.1. Acompanhamento do Plano Pró-Integridade 2025-2026 – AECI/COINT: Mentoria Minder.

Transparência:

2.2. Ciência do Relatório de Monitoramento da LAI – OUVIDORIA.

2.3. Ciência do Normativo que estabelece as diretrizes relativas às atividades de Ouvidoria e de Transparência e Acesso à Informação no MGI – OUVIDORIA.

Riscos:

2.4. Monitoramento dos Planos de Gestão de Riscos dos órgãos do MGI – AECI/CORIS.

2.5. Programa de Mentoria em Gestão de Riscos – AECI/CORIS.

CITARC:

2.6. Calendário 2025 – Secretaria-Executiva do CITARC (AECI/CORIS).

2.7. Prestação de contas do Plano CITARC 2025 – Secretaria-Executiva do CITARC (AECI/CORIS).

2.8. Painel – Secretaria-Executiva do CITARC (AECI/CORIS).

REUNIÃO

Em 12 de junho de 2025, às 9h30min, reuniram-se os membros, titulares e suplentes, do Comitê de Integridade, Transparência, Acesso à Informação, Riscos e Controle (CITARC) do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). O convite também foi estendido às entidades vinculadas do MGI: Enap; DATAPREV, ITI e Funpresp, bem como, a pedido, ao MJSP.

O Secretário-Executivo do CITARC, Sr. Flávio Horácio Souza Vieira, recebeu os membros e demais participantes, realizou a conferência e confirmação do quórum de participação, e em seguida iniciou a reunião comentando sobre os itens da pauta.

1) DELIBERAÇÃO:

1.1. Aprovação da Resolução CITARC Nº 8 (Instituição de GT para elaborar Plano de Continuidade de Negócios) - Secretaria-Executiva do CITARC (AECI/CORIS):

O Sr. Francisco Bessa, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) e Presidente do CITARC, iniciou a pauta relembrando a todos os membros quanto à aprovação, na última reunião do CITARC, da Resolução CITARC/MGI Nº 6, publicada em 10 de abril de 2025, que dispõe sobre a Política de Gestão de Continuidade de Negócios do MGI. O Sr. Francisco Bessa destacou a previsão da Política quanto à necessidade de elaboração do Plano de Continuidade de Negócios, que deve conter a identificação dos processos críticos de cada órgão, avaliação de riscos, estratégias de continuidade de negócios e protocolos de resposta a incidentes.

Em decorrência disso, o Sr. Francisco Bessa destacou a necessidade da composição de Grupo de Trabalho para tratar do Plano de Continuidade de Negócios (GT-PCN) com participação de todos os órgãos específicos singulares do MGI. Assim foi apresentada, para apreciação dos membros do CITARC, a Resolução CITARC Nº 8, que dispõe sobre a Instituição do GT-PCN.

Após discussão, o CITARC aprovou a Resolução CITARC/MGI nº 8 (51468267).

1.2. Acompanhamento do Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação do MGI – AECI/CORIS-COINT: Rede de Acolhimento:

A Sr.^a Karina Viana, Coordenadora de Gestão da Integridade (AECI/COINT), destacou que, conforme dispõe o Art. 5º da Portaria MGI nº 617, de 28 de janeiro de 2025, a governança do Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação (PSPEAD) está sob responsabilidade do Comitê de Integridade, Transparência, Acesso à Informação, Riscos e Controle (CITARC), com apoio técnico e executivo do Subcomitê de Integridade.

Nesse sentido, a Sr.^a Karina Viana informou que uma nova ação passará a compor o escopo do referido Plano, cuja inclusão foi comunicada ao Subcomitê de Integridade na reunião colegiada realizada em 06/06/2025. Trata-se da ação intitulada “Serviço de Suporte Psicossocial do Programa Viver Bem”, a ser executada pela Secretaria de Serviços Compartilhados (SSC). O programa tem como objetivo estabelecer ações coordenadas voltadas à qualidade de vida, saúde e bem-estar, com vistas à transformação do ambiente de trabalho em um espaço mais saudável, seguro e produtivo. A execução da ação está prevista para o

período de 08/03/2025 a 18/03/2027. A sua inclusão no PSPEAD reforça o compromisso institucional com o cuidado integral e com o fortalecimento de ambientes laborais acolhedores e promotores de bem-estar. Não havendo contestação, a ação foi incluída no PSPEAD do MGI.

Em seguida, foi apresentada aos membros uma síntese das atividades relativas à construção dos fluxos da “Rede de Acolhimento – GERIR”, no âmbito do PSPEAD, em atendimento ao Eixo 2 – Acolhimento (organização de redes e canais de apoio). A Sra Karina informou que está em andamento a elaboração do fluxo da rede de acolhimento, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Comitê Gestor do Plano Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação (PFPEAD). A rede será denominada “GERIR – Rede de Acolhimento”, e estão sendo conduzidas tratativas com a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) para definição das etapas que comporão o referido fluxo.

O objetivo da iniciativa é assegurar que servidoras(es) e trabalhadoras(es) terceirizadas(os), vítimas de assédio ou discriminação, recebam acolhimento seguro, ético e confiável, com acesso a informações claras sobre seus direitos durante todo o processo. A proposta também visa fortalecer a rede de apoio institucional, promover a troca de experiências, fomentar boas práticas, gerir e integrar informações relevantes à atuação articulada da rede e contribuir para a consolidação de uma cultura organizacional pautada na integridade, no respeito e no cuidado mútuo.

A Sr.^a Érica Queiroz, Corregedora do MGI, contribuiu com a discussão enfatizando sobre a necessidade de separar o acolhimento do momento da denúncia, de forma que sejam avaliados os casos em que o acolhimento de saúde deve ser sugerido, especialmente quando a pessoa se sente constrangida em registrar formalmente uma situação que não deseja expor, visando a recuperação do servidor após um processo difícil, sendo evitada a revitimização.

Os membros presentes ainda refletiram sobre condutas de assédio e a importância da atuação das lideranças para que a conduta se modifique. A possibilidade de cooperação com o disque 100 e disque 180 para trazer registros que envolvam servidores do MGI foi debatida, seja para conhecimento interno ou para encaminhamento a um acolhimento mais amplo da família.

A Sr.^a Rosângela Monteiro, representante da SRT, pediu a palavra e sugeriu a inclusão da SGP no fluxo da rede de acolhimento. O Sr. Herbert Barros, representante da SEGES, comentou sobre a necessidade da rede de acolhimento tratar também em seu escopo dos servidores das carreiras transversais do MGI. A Sr.^a Karyta Lopes, representante da Ouvidoria, relatou sobre a necessidade da rede de acolhimento contemplar os servidores em proximidade de aposentadoria e aqueles recém aposentados.

O Sr. Francisco Bessa, Presidente do CITARC, agradeceu as contribuições e reflexões que evidenciam a complexidade do tema, mas reforçou que o trabalho está em andamento. Ele mencionou a priorização deste tema pela equipe do Escritório de Processos do MGI no âmbito da DGE, enfatizando a necessidade de um desenho consistente e robusto para lidar com essa complexidade.

2) INFORME:

2.1. Acompanhamento do Plano Pró-Integridade 2025-2026:

A Sr.^a Karina Viana, Coordenadora de Gestão da Integridade (AECI/COINT), informou sobre os eventos e ações em curso no âmbito do Plano Pró-Integridade 2025-2026. Iniciou destacando a realização, no dia 10 de junho, do evento de encerramento do Programa "Integridade e Bem-Estar no MGI", que contou com a participação da professora Juliana Almeida, especialista em People Analytics e colaboradora do Observatório de Pessoal. A atividade reuniu participantes das mentorias voltadas à liderança e promoveu reflexões sobre a relação entre saúde psicológica, integridade e o enfrentamento de lideranças abusivas. A experiência foi avaliada como muito positiva, contribuindo para o fortalecimento de uma rede informal de apoio e compartilhamento de boas práticas no MGI.

Na sequência, apresentou os próximos eventos relacionados à integridade institucional. Destacou, para o dia 24 de junho, a realização da IV Formação em Integridade para a Alta Administração, com o tema “*Integridade em Direitos Humanos: um compromisso estratégico da liderança*”, que será conduzida pelo professor Nilson Perissée, ex-ouvidor da Petrobras e referência nacional na temática.

Informou também que, no dia 25 de junho, ocorrerá a 11^a edição do evento Pró-Integridade

Convida, com o tema “*Empatia como mecanismo de prevenção do assédio e da discriminação na administração pública*”. Estão confirmados como painelistas a Sr.^a Érica Bezerra Queiroz, Corregedora do MGI, e o Sr. Davi Valdetaro Gomes Cavalieri, Secretário-Executivo da Comissão de Ética da AGU, com mediação do Sr. Érico de Ávila Madruga, Coordenador-Geral de Governança e Controle (MGI/SPU).

Por fim, registrou a realização da V Formação para Multiplicadoras(es) de Integridade, prevista para o dia 30 de junho.

A coordenadora aproveitou para reforçar que, no contexto do Plano Pró-Integridade 2025-2026, a AECI realizará o monitoramento da transparência ativa por meio do sistema e-Agendas. Nesse sentido, os(as) Agentes Públicos(as) Obrigados(as) receberão ofício com a solicitação de registro de compromissos no sistema, em conformidade com as diretrizes da Controladoria-Geral da União e com o disposto no Decreto nº 10.889/2021, que determina a obrigatoriedade da divulgação da agenda de compromissos públicos de autoridades da Administração Pública Federal. Ressaltou que o cumprimento dessa etapa é essencial para garantir a conformidade legal, a transparência ativa e os compromissos de integridade assumidos institucionalmente pelo MGI.

2.2. Ciência do Relatório da Autoridade de Monitoramento da LAI:

A Sr.^a Karyta Lopes, representante da Ouvidoria, informou sobre a publicação do Relatório da Autoridade de Monitoramento da LAI, que está em fase final de ajustes de diagramação para ser disponibilizado no site do MGI, no menu "Acesso à Informação". Ela destacou que houve um aumento percentual de mais de 75% no volume de pedidos tratados de 2023 para 2024. Além disso, o tema "CPNU" foi o maior gerador de impacto, com um aumento de mais de 100% nos pedidos de acesso à informação. Assim, a Sr.^a Karyta Lopes ressaltou que esse volume significativo foi atendido pela mesma equipe, sem aumento do quadro de pessoal, o que representou um desafio considerável para a manutenção da qualidade.

Em relação ao Sistema de Transparência Ativa, a Sr.^a Karyta informou que dos 49 itens monitorados, 41 estão cumpridos, e que os 8 itens pendentes são pontos de atenção, sendo que informações institucionais em atraso (como telefone e currículo) estão sendo alinhadas junto à ASCOM para publicação em breve.

Sobre a pauta de licitação e contratos, informou que apesar das informações estarem no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), a CGU apontou cumprimento parcial no Portal da Transparência. A Sr.^a. Karyta pontuou ainda que o tema de receitas e despesas é um desafio, e será buscada uma conversa com a participação da Sr.^a Wanessa Queiroz, Diretora de Gestão Estratégica (DGE/SSC), a fim de alinhar as expectativas da CGU.

Por fim, quanto ao Plano de Dados Abertos (2024-2026), a Sr.^a Karyta esclareceu que das 40 bases abertas, 13 estão em atraso, mas que a Ouvidoria já está em contato com as áreas responsáveis para alinhamento e posterior publicação. A Sr.^a Érica Queiroz, Corregedora do MGI, aproveitou para registrar a preocupação sobre a publicidade de processos disciplinares concluídos, de forma a conciliar a transparência ativa desses processos com a proteção da privacidade e a ressocialização dos servidores, dado que a própria CGU não os publica em transparência ativa. Foi sugerido então que essa preocupação seja discutida em momento oportuno.

2.3. Ciência do Normativo que estabelece as diretrizes relativas às atividades de Ouvidoria e de Transparência e Acesso à Informação no MGI:

A Sr.^a Karyta Lopes informou que a minuta da portaria que estabelece as diretrizes para as atividades de Ouvidoria e Transparência e Acesso à Informação no MGI está em fase final de validação. Após essa etapa, a proposta será encaminhada para a Consultoria Jurídica (Conjur) e para o Gabinete da Ministra para validação final e posterior publicação.

2.4. Monitoramento dos Planos de Gestão de Riscos dos órgãos do MGI:

O Sr. Flávio Vieira, Coordenador de Suporte à Gestão de Riscos da Assessoria Especial de

Controle Interno - AECI/CORIS, que também desempenha o papel de Secretário-Executivo do CITARC, iniciou uma breve explanação sobre o monitoramento dos planos de gestão de riscos e reforçou o compromisso da CORIS em acompanhar e apoiar os órgãos do MGI nesse processo.

Em sequência, o Sr. Flávio Vieira destacou sobre a integração dos planos de gestão de riscos com o planejamento estratégico institucional, operacionalizado por meio do Sistema de Gestão da Estratégia do MGI (SisGE), e comentou ainda sobre a realização de reunião, em 22 de maio, com a participação dos pontos focais de riscos, indicados pelos órgãos específicos singulares, na qual foram compartilhadas maiores informações sobre o monitoramento dos planos.

Outrossim, o Sr. Flávio pontuou que o início do mês de junho ficou estabelecido como "linha de base" ou "marco zero" para o acompanhamento dos planos, sua evolução e consolidação, considerando os riscos registrados pelos órgãos nas iniciativas estratégicas dentro do SisGE. A intenção é apresentar a situação atualizada dessa evolução em cada reunião do CITARC, esperando que os próximos relatos demonstrem um avanço visível por parte dos órgãos.

Em complementação, o Sr. Flávio esclareceu ainda que dada a natureza estratégica dos objetos pactuados nos planos de gestão de riscos, o SisGE é a ferramenta principal para seu registro. Ressaltou que o Sistema ÁGATHA está disponível para a documentação de riscos de outros objetos que não se caracterizem como iniciativas estratégicas.

O Sr. Flávio Vieira aproveitou para reforçar o papel de apoio e suporte da AECI/CORIS quanto à temática de riscos, para além do monitoramento das áreas. Assim, destacou o acompanhamento, em parceria com a AECI/CGAC, do tratamento das demandas de órgãos de controle, como recomendações e determinações da CGU e do TCU, bem como auditorias em curso que envolvem o tema riscos. Ademais, mencionou a formalização do Guia de Gestão de Riscos do MGI, que passou por pequenos ajustes pontuais em função de atualizações normativas, mantendo sua essência.

Para finalizar, o Sr. Flávio Vieira apresentou um mapeamento dos planos de gestão de riscos dos 9 órgãos específicos singulares. Foi mencionado que alguns órgãos já cumpriram o prazo de identificação de riscos, enquanto outros ainda precisam de revisão. Reforçou-se que esses detalhes não seriam tratados individualmente na reunião do CITARC, mas que a equipe fará uma interação com cada órgão, via *Teams* e via processo SEI específico para cada órgão, para um acompanhamento mais próximo e individualizado.

Por fim, a Sr.^a Ana Carolina Degaspari, representante da SGD, pediu a palavra e repassou o questionamento da Sr.^a Secretária Adjunta da SGD sobre a possibilidade de ajuste nos planos de gestão de riscos, de forma a detalhar no próprio documento os riscos identificados. O Sr. Flávio Vieira esclareceu que AECI/CORIS definiu por um documento mais enxuto, focado no planejamento, para que os responsáveis possam cadastrar os riscos apenas no SisGE, com possibilidade ainda, no futuro, de extração de relatórios do sistema, de forma a facilitar esse controle por parte dos órgãos.

2.5. Programa de Mentoria em Gestão de Riscos:

O Sr. Flávio Vieira comentou sobre o Programa de Mentoria estruturado pela AECI/CORIS e citou a abordagem realizada na SGP, em novembro de 2024, na SRT, em março de 2025, e com a SPU, finalizada em abril de 2025. Nesse contexto, o Sr. Flávio Vieira informou que há tratativas em curso com a SEGES, e ainda com o Arquivo Nacional, em parceria com a AECI/COINT, com o objetivo de também abordar em seu escopo os aspectos de riscos à integridade. Por fim, informou ainda que a AECI/CORIS está à disposição para aplicar o programa de mentoria nos demais órgãos específicos singulares que manifestarem interesse.

2.6. Calendário 2025; 2.7. Prestação de contas do Plano CITARC 2025; 2.8. Painel dos Colegiados do MGI:

Para finalizar, o Sr. Flávio Vieira reforçou a programação das agendas do CITARC em 2025,

com reuniões em 07 de agosto, 09 de outubro e 11 de dezembro.

Em sequência, apresentou a prestação de contas do segundo ciclo de ações do Plano CITARC, monitorado junto à SSC/CGGOV, e informou que apenas o item “apreciação do Modelo de Maturidade em Gestão de Riscos” será migrado para o terceiro ciclo. Além disso, apresentou a todos o painel dos Colegiados de Governança do MGI, elaborado pela SSC, ferramenta de transparência criada para acompanhar o funcionamento da governança no Ministério.

Pauta extra e encaminhamentos relevantes:

O Sr. Francisco Bessa, Presidente do CITARC, registrou o pedido da CGU, responsável por coordenar as ações do Plano de Integridade e Combate à Corrupção (PICC) do Governo Federal, para que as ações do MGI no referido Plano sejam devidamente atualizadas até a primeira quinzena de julho. Informou que a AECI/COINT encaminhará um processo formal aos órgãos singulares, para que atualizem o status de suas ações e/ou forneçam outras informações necessárias, permitindo que o MGI alimente, de forma centralizada, o sistema e-CGU com os dados requeridos sobre as ações do MGI no PICC. O Sr. Francisco Bessa reforçou a urgência e a importância de que os órgãos singulares estejam atentos a este processo.

3) CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Ao final da reunião, o Sr. Francisco Bessa, Presidente do CITARC, agradeceu a presença de todos os participantes, incluindo os convidados e ouvintes dos órgãos vinculados, informando que os materiais da reunião serão encaminhados pela equipe da Secretaria-Executiva do CITARC.

FLÁVIO HORÁCIO SOUZA VIEIRA

Secretário-Executivo do CITARC
Coordenador de Suporte à Gestão de Riscos
Assessoria Especial de Controle Interno - AECI

FRANCISCO EDUARDO DE HOLANDA BESSA

Presidente do CITARC
Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno - AECI

Anexo – Participantes da 11ª Reunião Ordinária do CITARC

Membros Titulares

Com Direito a Voz e Voto		Com direito a Voz	
	GM		OUV
	SE	Érica Bezerra Queiroz	CORREG
	SETE	Francisco Eduardo de Holanda Bessa	AECI
Herbert Borges Paes de Barros	SEGES	Daniela Salomão Gorayeb	APSD
	SGP		AECS
Rosângela Vieira Monteiro	SRT		AEAI
	SGD		ASPAR
Pedro Luiz Costa Cavalcante	SEST		AECF
	SPU		CONJUR

Wanessa Queiroz de Souza Oliveira	SSC	Lamartine Vieira Braga	CE
Sheila Christina Mueller Mello	AN		

Membros Suplentes

Com Direito a Voz e Voto		Com direito a Voz	
Braúlio Santiago Cerqueira	GM	Karyta Damásio Monteiro Lopes	OUV
	SE		CORREG
Karla de Mello Monteiro	SETE		AECI
	SEGES		APSD
Samanta Bravim Eurich	SGP		AECS
	SRT	Victoria Echeverria	AEAI
Ana Carolina Romão Degaspari	SGD	Arthur Oliveira Chagas	ASPAR
	SEST		AECF
Érico de Ávila Madruga	SPU		CONJUR
Paulo Goulart	SSC		CE
Raquel dos Santos Ribeiro	AN		

Equipe AECI

Nome	Unidade
Flávio Horácio Souza Viera	AECI/CORIS
Camila Pozzer	AECI/CORIS
Helena Carvalho Frois	AECI/CORIS
Rita de Cássia Teixeira Souza	AECI/CORIS
Karina Mendes Nunes Viana	AECI/COINT
Mateus da Silveira Pinto	AECI/CGAC

Participantes Convidados

Nome	Unidade
Gisélia Nunes do Nascimento	ITI
Daniella Alvares Melo Salvatori	ENAP
Daniela Martins Costa	MJSP
Cristina Santana	Funpresp-Exe
Jaime Ferreira Pereira	DATAPIREV
Alexandre Quaresma Inacio Silveira	DATAPIREV



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Horácio Souza Vieira, Secretário(a) Executivo(a)**, em 14/07/2025, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Eduardo de Holanda Bessa, Presidente(a) de Comitê**, em 14/07/2025, às 17:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **52235708** e o código CRC **8B898A61**.

Processo nº 18001.001491/2025-28

SEI nº 52235708